Da rentabilidade*

Gérard Lebrun

Professor do Departamento de Filosofia da USP

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de 31 de agosto de 1986 e aqui reproduzido sob licença da Folhapress. Traduzido do francês pelo professor Renato Janine Ribeiro. Transcrição de Juliana Ferraci Martone. Este texto foi apresentado como aula inaugural na abertura do ano letivo de 2011 do Departamento de Filosofia da USP.

discurso 42

Nos países latinos são dois os domínios aos quais se aplica com maior furor o que F. Hayek chama de "construtivismo", quer dizer, a vontade heroica e fútil de recomeçar tudo a partir do nada. Esses dois domínios são a Constituição e a Universidade. Falar da Universidade é falar da reforma universitária: é o que ouço há mais de trinta anos. Há mais de trinta anos que vejo, especialmente na França, sucederem-se reformas universitárias, das quais cada uma é mais contestável que a outra (e isso independentemente da cor política do grupo que de momento esteja no poder). E observei que, sejam quais forem as intenções dos reformadores, as modificações que eles introduzem nos sistemas de seleção e avaliação dos estudantes, de contratação ou efetivação dos docentes etc. acarretam inevitavelmente e sempre um aumento do controle da burocracia sobre a vida universitária.

Entendam-me bem: aqui estou falando das reformas "sérias", não das utópicas, que gostariam de submeter todas as decisões ao sufrágio de "assembleias populares". Remédios desse tipo têm pelo menos um mérito, quando acontece de serem ministrados: é que matam bem rapidamente o paciente, não demorando, portanto, a comprovar sua inépcia intrínseca. Desse modo foi que o "participacionismo" depressa causou a evasão dos melhores alunos e dos professores mais competentes. Nesses casos, a causa não demora a ser oculta, a questão a ser resolvida.

São menos ostensivamente nocivas as reformas implantadas ou propostas pelos que acreditam agir pelo bem da Universidade, muitas vezes no intuito de barrar o caminho aos utopistas. Esses querem, com toda a sinceridade, salvar o ensino superior do naufrágio que o veem a ponto de sofrer. É mais que tempo, dizem, de retomar o controle das coisas. Acabemos com a rotina e a frouxidão, e submetamos a Universidade a um controle estrito em todos os domínios, tanto na aplicação dos alunos, quanto na eficiência dos docentes. Em suma, exijamos que a instituição mostre rendimento.

O ideal pode parecer sedutor. Mas as dificuldades começam

desde que se trata de determinar em função de quais critérios se poderá considerar que uma Universidade é rentável.

Julgaremos a rentabilidade de um departamento pelo número de mestrados e doutoramentos que nele são defendidos a cada ano escolar? Correremos então o risco de pesar a sua qualidade pelo papel. Pois, na verdade, de que importa o número de diplomas efetivamente concedidos, se for fraca a qualidade dos trabalhos? O departamento poderá dizer que nele formigam atividades, poderá gabar, munido de cifras, a eficácia da formação que ele proporciona; nada, porém, garantirá que tenham valor os títulos que outorga. E, se um tal critério de avaliação, puramente quantitativo, fosse oficialmente aceito, é evidente que esses títulos logo deixariam de ter qualquer significação.

Haverá um meio razoável para se aferir a rentabilidade? Há, dirão alguns. Basta fazer-se um inventário dos *papers* publicados a cada ano pelos docentes, especialmente em revistas internacionais. Mas, nesse caso, o que nos assegurará que tenham valor esses *papers*? E quem ignora o quanto são insignificantes 80% dos artigos escritos às pressas, nos Estados Unidos, por professores que nada mais querem do que vencer a barreira da recontratação? Não é sério avaliar um docente com base no comportamento de sua bibliografia, ou no número de colóquios de que participou. Adotando critérios dessa ordem, corremos até o risco de vez por outra darmos preferência aos mais falantes, aos mais vaidosos. A verdade é que é duvidoso terem as estatísticas de rentabilidade algo a ver com o valor da Universidade, se pensarmos esta não simplesmente como um instrumento para a transmissão mecânica de conhecimento, porém, como um lugar em que se espertam as mentes. Se existe alguma coisa que não é passível de aferir segundo uma escala objetiva será a qualidade do trabalho universitário, e mais ainda sua eficácia. Pensemos apenas que, se a Universidade de Königsberg considerasse somente a rentabilidade no sentido mais estrito, ela bem poderia ter demitido o professor Kant, que, entre os anos de 1773 e 1781, enquanto preparava a

Crítica da razão pura, não publicou praticamente nenhum *paper*.

Os defensores da rentabilidade não conseguem nunca se convencer. Já ouvi, entre outros dizeres, afirmar-se que se deveria impor um "currículo mínimo" aos cursos de graduação. Isso garantiria que um aluno de Filosofia pudesse estudar, nos anos de seu curso, o máximo de autores. Mas eu receio, muito, que esse *maximum* jamais constitua um *optimum*. Alguém já conseguiu saber mais, só de ouvir falar um pouco de tudo? E, além disso, não se deve levar em conta também os interesses pessoais dos professores?

Poderão responder-me que a tarefa dos docentes consiste simplesmente em transmitir um saber programado, e que não se deve confundir o professor com o pesquisador. Mas não vejo como admitir essa distinção, que sempre me pareceu carente de sentido. Um professor somente estará em condições de ministrar um curso bom se tiver um mínimo de interesse no autor ou no tema de que vai tratar. Não poderá despertar os seus alunos para uma questão se ele próprio, antes, não refletiu longamente sobre ela. E, isso posto, ele será um pesquisador, pelo menos em potência.

Também ouço dizer que a competência dos professores e a eficácia de seu ensino deveriam ser submetidas a um "controle". Mas quem exerceria tal controle? E como jamais se poderá alcançar a certeza de que ele seja efetuado com todas as condições de imparcialidade? Uma prática sistemática de avaliação no ensino superior me parece que seria, acima de tudo, uma porta escancarada para o arbítrio.

Não será impondo critérios de rendimento à Universidade que se poderá curá-la desse mal, longe disso. Transformando as faculdades em colégios internos, perder-se-á de vista a especificidade do ensino superior, e se ferirá, de propósito ou sem querer, pouco importa, o que ele conserva de melhor e que subsiste aqui e ali: o espírito de livre investigação.

Não estou acusando ninguém de pretender sufocar esse espírito. As intenções dos reformadores são boas, nunca me cansa-

rei de repeti-lo. Mas receio que, tratando a Universidade como se fosse uma empresa, eles terminem convertendo-a num setor igualzinho a todos os demais da função pública. Receio que eles contribuam, mau grado seu, para a construção de uma instituição destinada apenas a inculcar conhecimentos, e não mais a despertar ou debater ideias. E é o respeito que eu tenho pela tarefa de que se desincumbem algumas faculdades brasileiras que me incita a fazer esta advertência.

Os reformadores não deveriam, em vez disso, concentrar os seus esforços na questão das bases para um ensino secundário sólido? Essa tarefa, que eu saiba, ainda está por ser efetuada com a seriedade necessária. E nela está o essencial. O importante será dedicar-se a ela, em vez de se tentar impor, ao ensino superior, obstáculos que o desnaturam e o desviam de sua função. Não estou pregando, aqui, em favor de uma Universidade "ideal", como por acaso passei a vida nesta instituição, tenho um conhecimento até excessivo dos seus lados incuravelmente mesquinhos, e mesmo sórdidos. E, pessoalmente, desde 1963 penso que a Universidade, que foi desde o começo do século XIX o principal veículo para a difusão da cultura, bem pode haver completado o seu tempo, pode ser que o século XXI necessite inventar novas modalidades institucionais de aprendizagem. Mas, afinal de contas, a Universidade ainda existe e acontece que, em alguns lugares, a sua vocação formadora não se exauriu por completo. Nessas condições, eu me espanto de ver que os médicos mais zelosos dessa velha senhora lhe prescrevam uma beberagem que lhe será fatal. Todos devem ter o direito de morrer em paz.